

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

**Demonstrações Financeiras Referentes
aos Exercícios Findos em 31 de dezembro
de 2020 e 2019 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações
Financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, bem como sumário do trabalho que a Rodovias dos Lagos S.A. – (“CCR Via Lagos” ou “Companhia” ou “Concessionária”) vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1.2 Apresentação

A Companhia foi constituída em 10 de dezembro de 1996, tendo como objetivo principal realizar sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D’Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão.

1.3 Destaques do Ano de 2020

A CCR Via Lagos (RJ-124) teve papel importante nas políticas de enfrentamento a pandemia da covid-19 com ações sociais, divulgação de medidas de prevenção e conscientização dos seus usuários.

2. Estratégia e Gestão

2.1 Gestão de Pessoas

A política de gestão de pessoas da Companhia está pautada na valorização do capital humano e crença da capacidade criativa, realizadora e transformadora das pessoas, propiciando por meio do clima organizacional, qualificações e oportunidade, o caminho para o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores. A quantidade de colaboradores próprios em 2020 foi em média 174.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1 Desempenho

As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela AGETRANSP, e são reajustadas anualmente no mês de agosto. Em 2020, a Tarifa Básica de Pedágio (TBP) foi reajustada de R\$ 12,40 para R\$ 12,70 e Tarifa Básica com Adicional (TBA) foi reajustada de R\$ 20,60 para R\$ 21,10.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu o valor de R\$ 122.641 em 2020 com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, uma redução de 5,64% sobre a obtida em 2019. Esta variação é explicada pelo menor fluxo da rodovia no ano de 2020, muito em função das medidas de isolamento e as restrições de acesso às cidades de região da Costa do Sol em decorrência da pandemia da Covid-19.

Neste mesmo ano a Companhia teve um resultado líquido no valor de R\$ 36.486, superior em 2,62% quando comparado com o ano de 2019. Este acréscimo é explicado pelo melhor resultado financeiro obtido em 2020.

No ano de 2020, foram realizados R\$ 4.409 em investimentos (incluindo manutenção), destacando-se o investimento no recapeamento e sinalização da rodovia. Em 2020 foram realizados aproximadamente 18 mil m² de sinalização horizontal, além das manutenções das drenagens e das contenções e terraplenos.

Foi realizado em 2020 o pagamento de dividendos no valor de R\$ 39.805: R\$ 9.853 relativos ao resultado remanescente do ano de 2019, R\$ 29.343 referente ao lucro líquido apurado de janeiro a novembro de 2020, R\$ 609 referente a juros sobre capital próprio de 2020.

4. Sustentabilidade

A sustentabilidade é um pilar estratégico do Grupo CCR, para impulsionar a geração de valor no longo prazo para seus acionistas, clientes, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades de melhoria e mensurar os impactos ambientais, sociais e econômicos de nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para a sustentabilidade que permeia todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR, é decidida colegiadamente através da Diretoria Executiva, do Comitê de Riscos e Reputação e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as unidades de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise de todos os projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável por performar todo o investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas cria a base para que a gestão da sustentabilidade ocorra de forma homogênea em todos os negócios e em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse:

<http://ri.ccr.com.br/governanca-corporativa/politicas-estatuto-codigo-de-etica-e-acordo-de-acionistas/>

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.1 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos e responsável por gerir o investimento socioambiental do Grupo CCR. Somado a isso, o Instituto CCR visa gerar transformação social e elevar o nível de relacionamento com os principais públicos com os quais se relaciona, por meio de seus programas. Seus principais objetivos são: gerar valor compartilhado, fortalecer as relações institucionais, integrar à Cultura Organizacional e fortalecer os fatores sociais da estratégia ESG.

Alinhado a boas práticas e uma gestão eficiente dos recursos próprios e de incentivos fiscais, o Instituto CCR investe e mobiliza parceiros em torno de projetos que valorizam a educação e a cidadania, a cultura e o esporte, a saúde e a qualidade de vida, a consciência ambiental e a segurança viária. Desde 2020 houve maior integração dos objetivos de negócio sustentável, promovendo a Inclusão Social em 5 áreas principais: Educação, Geração de Renda, Saúde, Esporte e Cultura.

Para conhecer os projetos e investimentos do Instituto CCR, acesse o site da entidade em www.institutoccr.com.br.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das unidades tem sido reconhecido pela sociedade continuamente.

Em 2020, a Companhia trabalhou de maneira integrada à visão estratégica de sustentabilidade do Grupo CCR para promover a geração de valor e o desenvolvimento sustentável. Entre as principais iniciativas desenvolvidas estão: o Programa Caminhos Para a Cidadania, que disponibilizou uma plataforma digital para oferecer aos alunos do 4º e 5º anos atividades on-line sobre conscientização para a cidadania, segurança no trânsito e mobilidade urbana no período de isolamento social devido a pandemia da covid-19.

A Companhia ainda participou de campanhas institucionais tais como: Dia Nacional do Trânsito, Carreta Saúde Texaco, Dia do Caminhoneiro, Dia do Motorista, Dia Nacional da Saúde. Ainda realizou campanhas de vacinação da gripe e sarampo, ações de prevenção e conscientização de combate ao novo coronavírus com a distribuição de 3.975 kits de alimentação e higiene aos motoristas de serviços essenciais, doação de 7.300 máscaras a instituições sociais da região da Costa do Sol, entre outras ações.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte Aquaviário, Ferroviário e Metroviário e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), aos usuários, financiadores e instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados pela Concessionária em 2020.

5.2 Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Rio Bonito, 18 de março de 2021.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 – Setor 2 – 17º andar – Centro

20021-290 – Rio de Janeiro /RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20021-290 – Rio de Janeiro /RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.
Rio Bonito - RJ**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 1.1 às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram celebrados por sua controladora final CCR S.A. e determinadas empresas do Grupo CCR, Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo e Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal - Procuradoria da República do Paraná (“Instrumentos”). As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e

cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não foi possível concluir se as outras informações também poderiam estar distorcidas de forma relevante pela mesma razão do assunto descrito na referida seção.

Principal assunto de auditoria

Com exceção do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

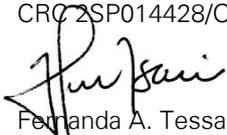
Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP252905/O-2

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Balancos Patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.091	1.829	Debêntures	14	4.325	230.498
Aplicações financeiras	6	5.788	31.510	Arrendamento mercantil	13b	33	-
Contas a receber	7	5.107	5.243	Fornecedores	15	4.334	3.191
Contas a receber - partes relacionadas	10	658	375	Fornecedores - partes relacionadas	10	840	615
Tributos a recuperar		123	465	Imposto de renda e contribuição social		4.720	5.338
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	286	234	Impostos e contribuições a recolher		1.456	1.369
Adiantamento a fornecedores		4	38	Obrigações sociais e trabalhistas		2.336	3.943
Despesas antecipadas e outros		399	478	Obrigações com o poder concedente		60	65
				Provisão de manutenção	17	8.971	5.714
				Outras contas a pagar		20	110
Total do ativo circulante		27.456	40.172	Total do passivo circulante		27.095	250.843
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debêntures	14	213.106	-
Contas a receber - partes relacionadas	10	890	728	Arrendamento mercantil	13	42	-
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	7.170	7.508	Tributos diferidos	8b	3.668	2.421
Depósitos judiciais		421	445	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	16	2.350	2.156
				Provisão de manutenção	17	-	3.961
		8.481	8.681	Obrigações sociais e trabalhistas		88	868
				Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	488	473
				Total do passivo não circulante		219.742	9.879
Imobilizado	11	9.714	10.479	Patrimônio líquido			
Intangível	12	222.229	225.066	Capital social	18a	12.550	12.550
Intangível em construção	12	1.623	2.492	Reservas de lucros	18b, 18c e 18d	5.155	3.765
Direito em uso de arrendamento	13a	75	-	Dividendo adicional proposto	18e	5.036	9.853
Total do ativo não circulante		242.122	246.718			22.741	26.168
Total do ativo		269.578	286.890	Total do passivo e patrimônio líquido		269.578	286.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Demonstrações do resultado do exercício

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	19	112.346	117.295
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(2.202)	(461)
Provisão de manutenção	17	(722)	(2.950)
Depreciação e amortização	11 e 12	(7.522)	(6.860)
Custo da outorga	9	(286)	(234)
Serviços		(8.065)	(6.849)
Custos com pessoal		(8.561)	(9.274)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.685)	(1.349)
Outros		(1.971)	(2.165)
		<u>(31.014)</u>	<u>(30.142)</u>
Lucro bruto		<u>81.332</u>	<u>87.153</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(2.215)	(4.757)
Serviços		(6.621)	(6.150)
Materiais, equipamentos e veículos		(337)	(268)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(458)	(588)
Água, luz, telefone, internet e gás		(596)	(658)
Reversão da provisão de perda esperada - contas a receber		20	-
Ressarcimento ao usuário		(937)	-
Outros		(839)	(161)
		<u>(11.983)</u>	<u>(12.582)</u>
Outras resultados operacionais		<u>428</u>	<u>(159)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>69.777</u>	<u>74.412</u>
Resultado financeiro	20	<u>(14.681)</u>	<u>(21.046)</u>
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>55.096</u>	<u>53.366</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(18.610)</u>	<u>(17.811)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>36.486</u>	<u>35.555</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	36.486	35.555
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>36.486</u></u>	<u><u>35.555</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	12.550	2.510	1.255	-	8.939	-	25.254
Distribuição de dividendos adicional proposto em 24 de abril de 2019	-	-	-	-	(8.939)	-	(8.939)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	35.555	35.555
Destinações:							
Distribuição de dividendos intermediários em 29 de outubro de 2019	-	-	-	-	-	(24.753)	(24.753)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	(949)	(949)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	9.853	(9.853)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>12.550</u>	<u>2.510</u>	<u>1.255</u>	<u>-</u>	<u>9.853</u>	<u>-</u>	<u>26.168</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	36.486	36.486
Destinações:							
Distribuição de dividendo adicional proposto em 28 de abril de 2020	-	-	-	-	(9.853)	-	(9.853)
Distribuição de dividendos intermediários em 16 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	(29.343)	(29.343)
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2020 (líquido)	-	-	-	-	-	(609)	(609)
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2020 (IRRF)	-	-	-	-	-	(108)	(108)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	5.036	(5.036)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.390	-	(1.390)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>12.550</u>	<u>2.510</u>	<u>1.255</u>	<u>1.390</u>	<u>5.036</u>	<u>-</u>	<u>22.741</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	36.486	35.555
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.247	(340)
Apropriação de despesas antecipadas	286	234
Depreciação e amortização	7.492	6.860
Depreciação - arrendamento mercantil	30	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	20	334
Juros e variação monetária sobre debêntures	15.295	22.946
Capitalização dos custos de empréstimos	(344)	(517)
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	997	478
Reverção da provisão para perda esperada - contas a receber	(20)	-
Constituição da provisão de manutenção	722	2.950
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	512	426
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	6	-
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	3	-
Atualizações monetárias sobre riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	216	226
	26.462	33.597
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber	228	(465)
Contas a receber - partes relacionadas	(517)	(17)
Tributos a recuperar	342	(249)
Despesas antecipadas e outras	103	36
Adiantamento a fornecedores	34	12
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	1.137	(1.782)
Fornecedores - partes relacionadas	240	19
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	16.782	17.661
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(17.421)	(14.315)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.387)	1.642
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(1.019)	(878)
Realização provisão de manutenção	(1.938)	(3.862)
Obrigações com o poder concedente	(5)	2
Outras contas a pagar	(90)	11
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	58.437	66.967
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(963)	(2.868)
Adições ao ativo intangível	(2.501)	(510)
Outros de ativo intangível	767	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	25.722	(13.324)
Caixa líquido proveniente / (usado) nas atividades de investimento	23.025	(16.702)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures		
Captações	212.342	-
Pagamentos de principal	(225.331)	-
Pagamentos de juros	(15.373)	(15.603)
Dividendos e JCP pagos	(39.805)	(35.709)
Arrendamento mercantil		
Pagamentos de principal	(33)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(68.200)	(51.312)
Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa	13.262	(1.047)
Demonstração do aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.829	2.876
No final do exercício	15.091	1.829
	13.262	(1.047)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (“Companhia”), constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar, sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D’Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente pela outorga da concessão. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia RJ 124, Km 22, Bairro Latino Melo, município Rio Bonito, estado do Rio de Janeiro

O prazo de concessão inicial de 25 anos, contados a partir de janeiro de 1997, foi aditado entre a Concessionária e o Poder Concedente, por meio do 8º Termo Aditivo Contratual, estendendo por mais 15 anos a concessão (até janeiro de 2037) e, posteriormente, por mais 10 anos (até janeiro de 2047), por meio do 10º Termo Aditivo para reduzir a tarifa de pedágio e incluir cerca de R\$ 200 milhões de investimentos para melhoria da infraestrutura da rodovia. São eles: a implantação do dispositivo metálico de separação de pistas; alargamento da plataforma da rodovia; novos sistemas de drenagem e sinalização, implantação de passarelas; construção de retornos e travessias de pedestres.

1.1. Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a Controladora CCR S.A. divulgou fato Relevante informando que, naquela data, foi celebrado o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar a quantia de R\$ 81.530, sendo R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor original de R\$ 49.265 e a segunda de R\$ 32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 06 de março de 2019, a controladora CCR S.A. divulgou Fato Relevante informando que, sua controlada RodoNorte celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Paraná, pelo qual a controlada se comprometeu a (i) pagar o valor de R\$ 35.000 a título de multa prevista na Lei de Improbidade; (ii) arcar com R\$ 350.000, atualizado semestralmente pela Selic, a título de redução em 30% da tarifa de pedágio em favor dos usuários em todas as praças de pedágio por ela operadas por, pelo menos, 12 meses; (iii) executar obras nas rodovias por ela operadas no valor total de R\$ 365.000, atualizado semestralmente pela Selic. O valor total de R\$ 750.000 foi integralmente provisionado no exercício de 2018. Em 28 de março de 2019, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal homologou o Acordo de Leniência. A multa, no valor de R\$ 35.000, foi paga em 26 de abril de 2019 e o início do desconto tarifário ocorreu em 27 de abril de 2019 e foi concluído em 13 de outubro de 2020 e os gastos com a execução de obras iniciou-se em novembro de 2019.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a controladora CCR e a Companhia, consequentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras.

A Companhia e sua controladora CCR S.A continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

1.2. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente:

i. Indicações da ALERJ ao Governo do Estado do Rio de Janeiro

As indicações de nº 4209/2020 e 305/2000, encaminhadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (“ALERJ”) ao Governador do Estado recomendando a adoção, pelo Poder Executivo, de medidas associadas à encampação do serviço foram objeto de manifestações técnicas por parte órgão competente da Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro, no sentido contrário às referidas recomendações, conforme noticiado por meio do Ofício nº 969, de 13 de outubro de 2020, encaminhado pela Secretaria da Casa Civil à ALERJ.

ii. Processo nº 0253634-55.2019.8.19.0001 - Ação Popular - aditivos contratuais

Trata-se de Ação Popular distribuída em 19 de outubro de 2019 questionando a validade de aditivos contratuais celebrados pela Companhia, tendo como Réus a Concessionária, o Estado do Rio de Janeiro, o DER-RJ, a AGETRANSP bem como determinadas pessoas físicas. A Concessionária foi citada em 08 de julho de 2020.

Em face da decisão que indeferiu o requerimento de tutela de urgência cautelar incidental formulado pelo Autor Popular foi apresentado o agravo de instrumento em 03 de julho de 2020, para o qual o TJ/RJ não concedeu o efeito suspensivo pleiteado. Aguarda-se o julgamento do agravo de instrumento pelo TJ/RJ.

Na 1ª Instância, o Estado do Rio de Janeiro, o DER-RJ e a AGETRANSP apresentaram a contestação em 18 de agosto de 2020, defendendo plena a validade dos aditivos contestados pelo Autor Popular. Em 27 de agosto de 2020, a Concessionária apresentou a sua contestação. Aguarda-se a apresentação das contestações dos demais Réus bem como a apresentação de Parecer por parte do Ministério Público.

Os referidos Aditivos são também questionados por meio da Ação Popular nº 0014659-83.2017.8.19.0011. Nesta ação a contestação foi apresentada em 02 de agosto de 2018. Em 20 de julho de 2020, a Companhia foi citada, tendo apresentado petição ratificando a contestação. Em 31 de julho de 2020, o Estado do Rio de Janeiro e o DER/RJ foram citados. Em 28 de outubro de 2020, foi proferido despacho certificando o decurso do prazo para o DER/RJ contestar e determinando a manifestação do Autor Popular.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

1.3. Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela mesma OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de dezembro de 2020, verificou o seguinte resultado do levantamento referente ao tráfego das rodovias, na forma de veículos equivalentes:

Real 2021 x Real 2020					
Veículos Equivalentes					
12/março/2020 a 31/dezembro/2020			01/janeiro/2020 a 31/dezembro/2020		
vs			vs		
12/março/2019 a 31/dezembro/2019			01/janeiro/2019 a 31/dezembro/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
-7,9%	-11,0%	-8,5%	-6,8%	-8,1%	-7,0%

A Controladora (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020 da Controladora (CCR S.A.), para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas demonstrações financeiras:

Avaliação de continuidade operacional

- Atualmente, revisamos e elaboramos mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou, até o momento, problemas que impactariam a liquidez ou gerariam a quebra de *covenants* da Companhia.

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante.

Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas:

- Contenção de despesas, priorização de investimentos;
- Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte colaboradores do grupo de liderados.

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o ponto de vista regulatório nacional, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos.

A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o seguinte parecer no 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Sendo assim, a Companhia avalia que o contrato será reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificados eventos e condições que justificassem um aumento da perda esperada nos ativos principalmente, relacionado a realização de contas a receber.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita, até o momento, que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receita de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida – vide “n”.

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o) Arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 13.

p) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 01 de janeiro de 2020, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Definição de negócio – Alterações ao CPC 15

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.

As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares.

Definição de Materialidade - Alterações ao CPC 26 e CPC 23

Altera a definição de “material” estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08 e CPC 40

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06:

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

q) *Novas normas ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06;
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27;
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; e
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 18 de março de 2021, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2n	Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC01 (R1)
12	Intangível e intangível em construção
16	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
17	Provisão de manutenção
21	Instrumentos financeiros

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e Bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 21.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos
Debêntures (a)	9.854	10.054	223.973
Fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas	840	488	-
Fornecedores e outras contas a pagar	4.354	-	-
Obrigações com o poder concedente	60	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	1.581	1.829
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>13.510</u>	<u>-</u>
Total - Caixa e equivalentes	<u><u>15.091</u></u>	<u><u>1.829</u></u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>5.788</u>	<u>31.510</u>
Total - Aplicações financeiras	<u><u>5.788</u></u>	<u><u>31.510</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 97,11% do CDI, equivalente a 2,69% a.a. (98,60 % do CDI, equivalente a 5,86% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2019).

7. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pedágio eletrônico (a)	5.164	5.269
Receitas acessórias (b)	<u>16</u>	<u>67</u>
	5.180	5.336
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(73)</u>	<u>(93)</u>
	<u><u>5.107</u></u>	<u><u>5.243</u></u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Créditos a vencer	5.107	5.243
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>73</u>	<u>93</u>
	<u><u>5.180</u></u>	<u><u>5.336</u></u>

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;

(b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e

(c) A Provisão perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	55.096	53.366
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(18.733)	(18.144)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	191	412
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(270)	(266)
Despesas indedutíveis	(67)	(168)
Juros sobre capital próprio	244	323
Outros ajustes tributários	25	32
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(18.610)</u>	<u>(17.811)</u>
Impostos correntes	(17.363)	(18.151)
Impostos diferidos	<u>(1.247)</u>	<u>340</u>
	<u>(18.610)</u>	<u>(17.811)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,78%</u>	<u>33,38%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>Saldo em 2020</u>				
	<u>2019</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
Provisão para participação nos resultados (PLR)	585	(509)	76	76	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	32	(7)	25	25	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	733	66	799	799	-
Provisão de manutenção	3.290	(239)	3.051	3.051	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(7.154)	(272)	(7.426)	-	(7.426)
Outros	93	(286)	(193)	173	(366)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(2.421)	(1.247)	(3.668)	4.124	(7.792)
Compensação de imposto	-	-	-	(4.124)	4.124
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>(2.421)</u>	<u>(1.247)</u>	<u>(3.668)</u>	<u>-</u>	<u>(3.668)</u>

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	Reconhecido no resultado	Saldo em 2019		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	288	297	585	585	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	32	-	32	32	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	792	(59)	733	733	-
Provisão de manutenção	3.455	(165)	3.290	3.290	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(7.376)	222	(7.154)	-	(7.154)
Outros	48	45	93	93	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(2.761)	340	(2.421)	4.733	(7.154)
Compensação de imposto	-	-	-	(4.733)	4.733
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(2.761)	340	(2.421)	-	(2.421)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	2020	2019
Circulante	286	234
Não circulante	7.170	7.508
	<u>7.456</u>	<u>7.742</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 286 (R\$ 234 no exercício de 2019).

Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações		Saldos	
	2020		2020	
	Despesas/Custos com serviços prestados	Receitas brutas	Ativo Contas a Receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	2.746 (a)	-	-	215 (a)
Outras partes relacionadas				
Autoban	-	-	-	3 (d)
CPC	3.127 (b)	-	271 (f)	301 (b)
Samm	143 (c)	83 (c)	1.266 (c)	665 (c)
Barcas	-	-	11 (d)	144 (d)
Instituto CCR	37 (e)	-	-	-
Total	6.053	83	1.548	1.328

	Transações		Saldos	
	2019		2019	
	Despesas/Custos com serviços prestados	Receitas brutas	Ativo Contas a Receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	2.694 (a)	-	-	211 (a)
Outras partes relacionadas				
CPC	2.745 (b)	-	-	214 (b)
Samm	121 (c)	80 (c)	1.101 (c)	663 (c)
Barcas	-	-	2 (d)	-
Total, 31 de dezembro de 2019	5.560	80	1.103	1.088

Despesas com profissionais chaves da administração

	2020	2019
Remuneração (g):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.203	1.216
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	163	788
(Reversão)/Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	361	(686)
Previdência privada	50	49
Seguro de vida	2	3
	1.779	1.370

Na AGO realizada em 15 de abril de 2020, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.000, na qual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração dos administradores (g)	255	901
(a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;		
(b) Contrato de prestação exclusiva de serviços suporte e manutenção em tecnologia da informação executados pela CPC - Divisão EngelogTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;		
(c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;		
(d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;		
(e) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR;		
(f) Refere-se a PPR relativo à transferência de colaboradores, e		
(g) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.		

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2019		2020		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		448	-	-	136	584
Máquinas e equipamentos		5.754	-	(1)	389	6.142
Veículos		3.491	-	(962)	1.418	3.947
Equipamentos operacionais		7.188	-	-	995	8.183
Imobilizações em andamento		3.280	1.112	(10)	(2.908)	1.474
Total custo		<u>20.161</u>	<u>1.112</u>	<u>(973)</u>	<u>30</u>	<u>20.330</u>
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(315)	(35)	-	-	(350)
Máquinas e equipamentos	15	(3.484)	(579)	-	-	(4.063)
Veículos	24	(2.500)	(547)	957	-	(2.090)
Equipamentos operacionais	11	(3.383)	(730)	-	-	(4.113)
Total depreciação		<u>(9.682)</u>	<u>(1.891)</u>	<u>957</u>	<u>-</u>	<u>(10.616)</u>
Total geral		<u>10.479</u>	<u>(779)</u>	<u>(16)</u>	<u>30</u>	<u>9.714</u>

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de depreciação %	2018		2019		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		757	-	(172)	(137)	448
Máquinas e equipamentos		3.644	-	(1.277)	3.387	5.754
Veículos		3.361	-	(668)	798	3.491
Equipamentos operacionais		9.113	-	(3.756)	1.831	7.188
Imobilizações em andamento		7.457	3.168	(31)	(7.314)	3.280
Total custo		24.332	3.168	(5.904)	(1.435)	20.161
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(546)	(33)	154	110	(315)
Máquinas e equipamentos	15	(3.125)	(440)	1.269	(1.188)	(3.484)
Veículos	24	(2.875)	(363)	627	111	(2.500)
Equipamentos operacionais	12	(7.245)	(625)	3.520	967	(3.383)
Total depreciação		(13.791)	(1.461)	5.570	-	(9.682)
Total geral		10.541	1.707	(334)	(1.435)	10.479

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 149 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 300 em 31 de dezembro de 2019). A taxa média de capitalização em 2020, foi de 5,82% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 6,44% a.a. em 2019.

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Reclassificações do ativo imobilizado para o custo.

12. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	2019		2020			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		301.686	-	-	2.473	-	304.159
Direitos de uso de sistemas informatizados		2.061	-	-	267	-	2.328
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		412	325	(4)	(297)	-	436
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		290	-	-	-	-	290
Intangível		304.449	325	(4)	2.443	-	307.213
Intangível em construção		2.492	2.371	-	(2.473)	(767)	1.623
Total custo		306.941	2.696	(4)	(30)	(767)	308.836
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(77.691)	(5.329)	-	-	-	(83.020)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.405)	(270)	-	-	-	(1.675)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(287)	(2)	-	-	-	(289)
Total amortização		(79.383)	(5.601)	-	-	-	(84.984)
Total geral		227.558	(2.905)	(4)	(30)	(767)	223.852

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de amortização %	2018		2019	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		300.431	137	1.118	301.686
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.877	-	184	2.061
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	55	357	412
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		290	-	-	290
Intangível		302.598	192	1.659	304.449
Intangível em construção		2.181	535	(224)	2.492
Total custo		304.779	727	1.435	306.941
Valor de amortização					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(72.518)	(5.173)	-	(77.691)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.181)	(224)	-	(1.405)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(285)	(2)	-	(287)
Total amortização		(73.984)	(5.399)	-	(79.383)
Total geral		230.795	(4.672)	1.435	227.558

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 195 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 217 em 31 de dezembro de 2019). A taxa média de capitalização em 2020 foi de 5,82% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 6,44% a.a. em 2019.

- (a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível;
- (b) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (c) Refere-se a recebimento de sinistros de obras em andamento;

13. Arrendamento mercantil

a. Direito de uso em arrendamento

	2019		2020	
	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Saldo final
Veículos	-	105	(30)	75
	-	105	(30)	75

b. Passivo de arrendamento

	2019		2020			
	Saldo inicial	Adições	Reversão do ajuste a valor presente	Pagamentos	Transferências	Saldo final
Circulante	-	(35)	(3)	33	(28)	(33)
Não circulante	-	(70)	-	-	28	(42)
	-	(105)	(3)	33	-	(75)

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 6,49% a.a. para contratos de arrendamentos no exercício de 2020. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R\$ 47, decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante

	<u>2020</u>
2022	33
2023	9
	<u>42</u>

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2020	Vencimento final	2020	2019
1. 2ª Emissão - Série única	IPCA + 7,34% a.a.	7,6594% (a)	1.870	-	Julho de 2020	-	188.469 (c)
2. 4ª Emissão - Série única	113% do CDI	0,6073% (b)	555	-	Julho de 2020	-	42.029 (c)
3. 5ª Emissão - Série única	CDI + 2,80% A.A.	3,0762% (a)	1.658	1.437	Julho de 2023	217.431	- (c)
Total geral				<u>1.437</u>		<u>217.431</u>	<u>230.498</u>
						2020	2019
Circulante							
Debêntures						4.868	230.902
Custos de transação						(543)	(404)
						<u>4.325</u>	<u>230.498</u>
Não Circulante							
Debêntures						214.000	-
Custos de transação						(894)	-
						<u>213.106</u>	<u>-</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (c) Não existem garantias.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2020</u>
2023	214.000

A Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outras obrigações financeiras por ela firmadas. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 15 de julho de 2020, esta emissão foi liquidada.
2. Em 15 de julho de 2020, esta emissão foi liquidada.
3. Em 02 de julho de 2020, ocorreu a 5ª emissão de debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos.

O valor da emissão foi de R\$ 214.000, com remuneração de CDI + 2,80% a.a. e vencimento do principal em 02 de julho de 2023, conforme percentuais definidos na escritura de emissão. Os juros estão sendo pagos em parcelas semestrais e consecutivas, desde 02 de janeiro de 2021.

Esta emissão não conta com garantia.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da lei nº 6.404/1976, caso a relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado, a qual será apurada semestralmente, seja superior a 4, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada conforme definida na escritura;

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures, a qualquer momento, com acréscimo de prêmio ao valor de resgate antecipado, descrito na escritura.

15. Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	4.329	3.186
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	5	5
	<u>4.334</u>	<u>3.191</u>

Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2019		2020			
	Saldo Inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetárias	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	201	1.097	(74)	(963)	17	278
Trabalhistas e previdenciários	119	56	(82)	(56)	5	42
Tributários	1.836	-	-	-	194	2.030
	<u>2.156</u>	<u>1.153</u>	<u>(156)</u>	<u>(1.019)</u>	<u>216</u>	<u>2.350</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2020	2019
Cíveis e administrativos	253	469
Trabalhistas e previdenciárias	-	29
	<u>253</u>	<u>498</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro 2020 é de R\$ 1.024 (R\$ 1.024 em 31 de dezembro de 2019).

17. Provisão de manutenção

	2019		2020			
	Saldo Inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	5.714	140	280	(1.938)	4.775	8.971
Não circulante	3.961	582	232	-	(4.775)	-
	<u>9.675</u>	<u>722</u>	<u>512</u>	<u>(1.938)</u>	<u>-</u>	<u>8.971</u>

As taxas anuais de 2020 e 2019, para o cálculo do valor presente, são de 6,49% a.a. e 6,60% a.a., respectivamente.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 12.550, representado por 35.168.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 17.584.000 ordinárias e 17.584.000 preferenciais.

O capital da Companhia está assim distribuído:

	2020			2019				
	Participação acionária	Capital social	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Participação acionária	Capital social	Ações ordinárias	Ações preferenciais
CCR S.A.	99,99%	12.549	17.583.995	17.584.000	99,99%	12.549	17.583.995	17.584.000
CISS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e serviços	0,01%	1	5	-	0,01%	1	5	-
	100,00%	12.550	17.584.000	17.584.000	100,00%	12.550	17.584.000	17.584.000

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido.

c. Reserva estatutária

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 10% do capital social, o qual já foi atendido.

d. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, a ser aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária de 2021.

e. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 15 de abril de 2020, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento dos dividendos adicionais proposto relativo ao exercício de 2019 conforme aprovação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 15 de abril de 2020, no valor de R\$ 9.853, correspondente a R\$ 0,28 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 28 de abril de 2020.

Em 16 de dezembro de 2020, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, *ad referendum* da próxima AGO, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 29.343, correspondente a R\$ 0,83 por ação ordinária, sendo sua totalidade dos lucros apurados no período compreendido entre 1º janeiro de 2020 e 30 de novembro de 2020 com pagamento realizado em 16 de dezembro de 2020.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 5.036, a serem aprovados na AGO de 2021.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2020, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	36.486
(-) Constituição de reserva estatutária e legal	-
Lucro líquido ajustado	<u>36.486</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>9.122</u>
Total de juros sobre capital próprio pagos	(717)
Total dos dividendos pagos	<u>(29.343)</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	<u>(30.060)</u>

f. Juros sobre capital próprio

Em 15 de dezembro de 2020, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, o destaque de Juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2019, conforme aprovação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2020, no valor bruto de R\$ 717, correspondente a R\$ 0,021 por ação, sendo que, após a dedução do imposto de renda retido na fonte, o valor líquido de R\$ 609 correspondente a R\$ 0,017 por ação, com pagamento realizado em 21 de dezembro de 2020.

19. Receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas de pedágio	121.799	129.035
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	2.202	461
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	83	80
Receitas acessórias	759	850
Receita bruta	<u>124.843</u>	<u>130.426</u>
Impostos sobre receitas	(10.633)	(11.266)
Abatimentos	<u>(1.864)</u>	<u>(1.865)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(12.497)</u>	<u>(13.131)</u>
Receita operacional líquida	<u>112.346</u>	<u>117.295</u>

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(13.484)	(16.533)
Varição monetária sobre debêntures	(4.113)	(6.891)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(512)	(426)
Capitalização de custos dos empréstimos	344	517
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(6)	-
Ajuste a valor presente e variação - arrendamento mercantil	(3)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(400)	(208)
	<u>(18.174)</u>	<u>(23.541)</u>
Receitas financeiras		
Varição monetária sobre debêntures	2.302	478
Rendimento sobre aplicações financeiras	830	1.682
Juros e outras receitas financeiras	361	335
	<u>3.493</u>	<u>2.495</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(14.681)</u>	<u>(21.046)</u>

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	1.581	-	-	1.829	-	-
Aplicações financeiras	19.298	-	-	31.510	-	-
Contas a receber	-	5.107	-	-	5.243	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	1.548	-	-	1.103	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(217.431)	-	-	(230.498)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(4.354)	-	-	(3.275)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(1.328)	-	-	(1.088)
Arrendamento mercantil	-	-	(75)	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(60)	-	-	(65)
	<u>20.879</u>	<u>6.655</u>	<u>(223.248)</u>	<u>33.339</u>	<u>6.346</u>	<u>(234.926)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil;
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações;
- **Obrigações com o poder concedente e arrendamento mercantil** – Consideram-se os valores contábeis dessas obrigações equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	218.868	233.175	230.902	239.106

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	19.298	31.510

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (4) (5)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros						
Debêntures - 5ª Emissão	CDI (2)	Julho de 2023	218.868	(10.361)	(11.425)	(12.490)
Aplicação financeira (MenkarII) (3)	CDI (2)		19.578	360	450	539
Total do efeitos de ganho ou (perda)				<u>(10.001)</u>	<u>(10.975)</u>	<u>(11.951)</u>
As taxas de juros consideradas foram (1):						
	CDI (2)			1,90%	2,38%	2,85%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pela B3;
- (3) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2020, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Compromisso de investimento	51.068	50.245

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

23. Demonstração dos fluxos de caixa

a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Dividendos e JCP pagos</u>	<u>Arrendamento mercantil</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(230.498)	33.557	-	(196.941)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captações	(212.342)	-	-	(212.342)
Pagamentos de principal e juros	240.704	-	33	240.737
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas	-	39.805	-	39.805
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>28.362</u>	<u>39.805</u>	<u>33</u>	<u>68.200</u>
Outras variações				
Despesas com juros e variação monetária	(15.295)	-	-	(15.295)
Outras variações que não afetam o caixa	-	(73.362)	(105)	(73.467)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(3)	(3)
Total das outras variações	<u>(15.295)</u>	<u>(73.362)</u>	<u>(108)</u>	<u>(88.765)</u>
Saldo Final	<u>(217.431)</u>	<u>-</u>	<u>(75)</u>	<u>(217.506)</u>

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Evento subsequente

- **Coronavírus**

Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela Controladora CCR S.A., verificou-se no período de 1º de janeiro a 11 de março de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

Real 2021 x Real 2020		
Veículos Equivalentes		
01/janeiro/2021 a 11/março/2021		
vs		
01/janeiro/2020 a 11/março/2020		
Passeio	Comercial	Total
-3,6%	-6,8%	-4,1%

Receita líquida de receita de construção

	01/01/2021 a 28/02/2021	01/01/2020 a 29/02/2020	% Var.
Receita líquida de receita de construção	25.315	26.462	-4%

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo

Érika Natsumi Matsumoto

Guilherme Motta Gomes

Presidente do Conselho

Conselheiro

Conselheiro

Composição da Diretoria

João Daniel Marques da Silva

Eduardo Siqueira Moraes Camargo

Diretor Geral

Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva

CRC 1SP129452/O-3 S/RJ